

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO
E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas
APL SETOR AUDIOVISUAL

Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE

MARÇO DE 2014

Tarso Genro

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

Ibes Eron Alvez Vaz

José Carlos Mello Mendes

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Bernhard Schlee

Juliana Mastrascusa Espíndola

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.

Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)

info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto

Equipe Executora

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL... 11	
1.1. Comportamento do mercado de trabalho formal, uma análise comparativa..... 11	
1.2. Comportamento do mercado de trabalho segundo municípios, atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos	12
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas..... 15	
2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL AUDIOVISUAL	23
CONCLUSÃO	25
REFERENCIAS	27
GLOSSÁRIO.....	28
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS	29
ANEXO 1.....	34

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Audiovisual*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato n°. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o segundo de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Audiovisual, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no boletim anterior não é replicada aqui. Este boletim está dividido em duas partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do emprego; (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL. A saber, além destas duas seções, buscou-se realizar uma análise sobre o desempenho exportador do APL. Contudo, como o APL Audiovisual é um APL de serviços, não há registros de exportações, pois a base de dados de comércio exterior (Aliceweb) se restringe somente a exportações de mercadorias.

A parte 1 inicia traçando um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de setembro a novembro¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise comparativa do desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos e dos vínculos de emprego, tempo médio de permanência no emprego, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores individuais, e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

¹ Último mês disponível (com ajustes) durante a elaboração deste relatório.

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário à utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse relatório, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: “*o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais*”².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Audiovisual estão descritos no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (setembro a novembro). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovem o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregues fora de prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse relatório, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL de referência, mas apenas os municípios que não fazem parte do APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural pauta-se no período que compreende os meses de setembro a novembro de 2011, 2012 e 2013.

O segundo eixo, os microempreendedores, desenvolvido na seção subsequente, conta com os dados extraídos do Portal do Empreendedor que contém as informações relativas a esse tipo de trabalhador - Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data de extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado

coletivo, da inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

Como pode ser visto, o programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes. Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida possível dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias. Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se

encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

Como se percebe a partir da análise acima, as políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Os objetivos são claros, bem como a maneira de alcançá-los. Neste ínterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como norte a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

O foco desta seção é tratar dos saldos (admissões subtraídas às demissões) de emprego do período acumulado entre setembro e novembro de 2013. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul e do Brasil (para ambos os casos - exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvidas no Arranjo.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho formal, uma análise comparativa

Os números gerais do saldo de empregos formais para os meses de setembro a novembro, dos anos de 2011 a 2013 se encontram na Tabela 1. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Audiovisual, seus dados de saldo foram colocados em perspectiva com os dados para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise mais fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

Os dados mostram que as atividades no APL Audiovisual, para o Brasil, vêm diminuindo seu saldo de empregos crescentemente. Entre 2011 e 2012 há diminuição de 25,8% do saldo. Já entre 2012 e 2013 o resultado do mercado de trabalho há diminuição líquida de vínculos empregatícios. O Rio Grande do Sul tem trajetória semelhante, registrando o menor saldo da série em 2012, quando este chega a zero. Mas de qualquer maneira há decréscimo do saldo ao longo do período. O APL, por sua vez, apresenta a mesma trajetória, mas com decréscimo mais suave do que as duas regiões anteriores. Sendo assim, é interessante notar que a trajetória de decréscimo dos saldos ao longo da série foi comum a todas regiões, mas com magnitudes bastante diferentes. O ano de 2013 se apresentou como o ano de menor saldo para o APL e o Brasil, já o Estado conseguiu uma recuperação de 2012 a 2013.

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil⁽¹⁾, Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Região	2011	2012	2013
APL	55	51	48
Rio Grande do Sul	59	0	42
Brasil	1.673	1.241	-52

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

1.2. Comportamento do mercado de trabalho segundo municípios, atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos

O comportamento dos saldos no mercado formal, segundo os municípios do APL, ratifica a importância de Porto Alegre para o Arranjo. Em 2013 Pelotas obteve grande destaque com saldo de 19 vínculos, para um saldo total 48. Após Pelotas, cabe destacar Caxias do Sul, com saldo de 18 vagas. Por outro lado, desempenho de Porto Alegre se sobressai, com saldo negativo de -22. Comparando com os anos de 2011 e 2012, chama atenção a grande oscilação dos saldos para os municípios. Levando em conta os três municípios analisados acima, percebe-se que Caxias do Sul apresentou grande oscilação, sendo 2012 o ano de menor saldo. Pelotas apresenta oscilação ainda maior, com o menor saldo também em 2012. Por último, Porto Alegre é o município com a maior oscilação: a diferença entre os saldos de 2012 e 2013 chega a 108 vínculos. Interessante notar que nenhum dos municípios segue a tendência do APL. Em relação ao Boletim anterior, com análise dos dados dos meses de janeiro a agosto, chama atenção que dos três municípios destacados, somente Caxias do Sul repete o padrão de seus saldos entre os dois períodos, do Boletim atual e o anterior. Os outros municípios apresentam padrão muito diverso (Tabela 2).

TABELA 2
Saldo de empregos formais segundo municípios
Municípios que compõem o APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Município	2011	2012	2013
Alvorada	1	2	1
Canoas	-25	-10	9
Caxias do Sul	40	3	18
Gravataí	1	-1	-2
Novo Hamburgo	-1	7	2
Pelotas	8	-10	39
Porto Alegre	10	86	-22
Santa Maria	11	-4	4
São Leopoldo	6	-10	0
Viamão	4	-12	-1
Total	55	51	48

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014
 Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõem o APL Audiovisual, verifica-se que *Atividades de Exibição Cinematográfica* concentrou grande parte do saldo de empregos em 2013. De um saldo total de 48, tal atividade foi responsável por 43. Após, *Atividades de Televisão Aberta* com saldo de 11 vínculos. O restante das atividades tem saldo pouco expressivo no ano. O ano de 2012 tem participação semelhante das atividades no saldo total, as duas atividades principais se mantêm as mesmas. A maior diferença está em relação a 2011. Neste ano *Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão* são responsáveis pelo maior saldo (19),

seguidas por *Atividades de Televisão Aberta* (12) que mantém a posição de segundo maior saldo. *Atividades de Produção Cinematográfica* (9) é responsável o terceiro maior saldo. Em 2011, também cabe notar, o saldo total do APL está melhor distribuído entre as diversas atividades (Tabela 3).

Em relação ao Boletim anterior, assim como para os municípios, o desempenho das atividades se apresentou bastante diverso. A título de exemplo, há atividades com saldo positivo e expressivo entre setembro e novembro que apresentaram saldo negativo entre janeiro e agosto (*Atividades de Exibição Cinematográfica*), com o contrário também ocorrendo (*Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão*). Tal situação sugere que o mercado de trabalho do APL é bastante volátil.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Classe de Atividade Econômica	2011	2012	2013
Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	19	-4	-8
Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	0	4	-1
Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão	-1	1	0
Atividades de Exibição Cinematográfica	9	33	43
Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música	2	1	0
Atividades de Televisão Aberta	12	14	11
Programadoras e Atividades Relacionadas à Televisão por Assinatura	6	3	3
Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	8	-1	0
Total	55	51	48

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 29/01/2014
Elaboração: DIEESE

A fim de melhor compreender a distribuição dos saldos no APL, foi organizada uma tabulação contendo os principais municípios e classes de atividade econômica em termos de concentração. Como pode ser visto, os municípios de Pelotas e Caxias do Sul têm seus saldos fortemente concentrados nas três atividades selecionadas (*Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão; Atividades de Exibição Cinematográfica; Atividades de Televisão Aberta*). *Atividades de Exibição Cinematográfica* chama atenção pelo grande saldo positivo, tanto em Caxias do Sul, no ano de 2011, e em Pelotas, em 2012⁶. Quanto a Canoas, chama atenção o fato de não haver saldos para *Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão* e *Atividades de Televisão Aberta* (Tabela 4). Já Porto Alegre é o município que possui a

⁶ Estes grandes saltos em ambos municípios parecem estar relacionados à inauguração de dois grades cinemas, um em cada cidade, como pode ser visto nas notícias que se seguem:

<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/11/cinema-do-san-pelegrino-mall-em-caxias-recebe-os-ultimos-preparativos-para-inauguracao-3578637.html>

<http://porto-alegre.sortimentos.com/shopping-pelotas-confirma-inauguracao/>

maior diversificação produtiva, dos quatro separados na Tabela 4. Apesar das três atividades possuírem representatividade significativa para o município (à exceção de 2011), parte importante dos saldos nos municípios não está concentrada nas atividades.

TABELA 4
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas e municípios selecionados
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

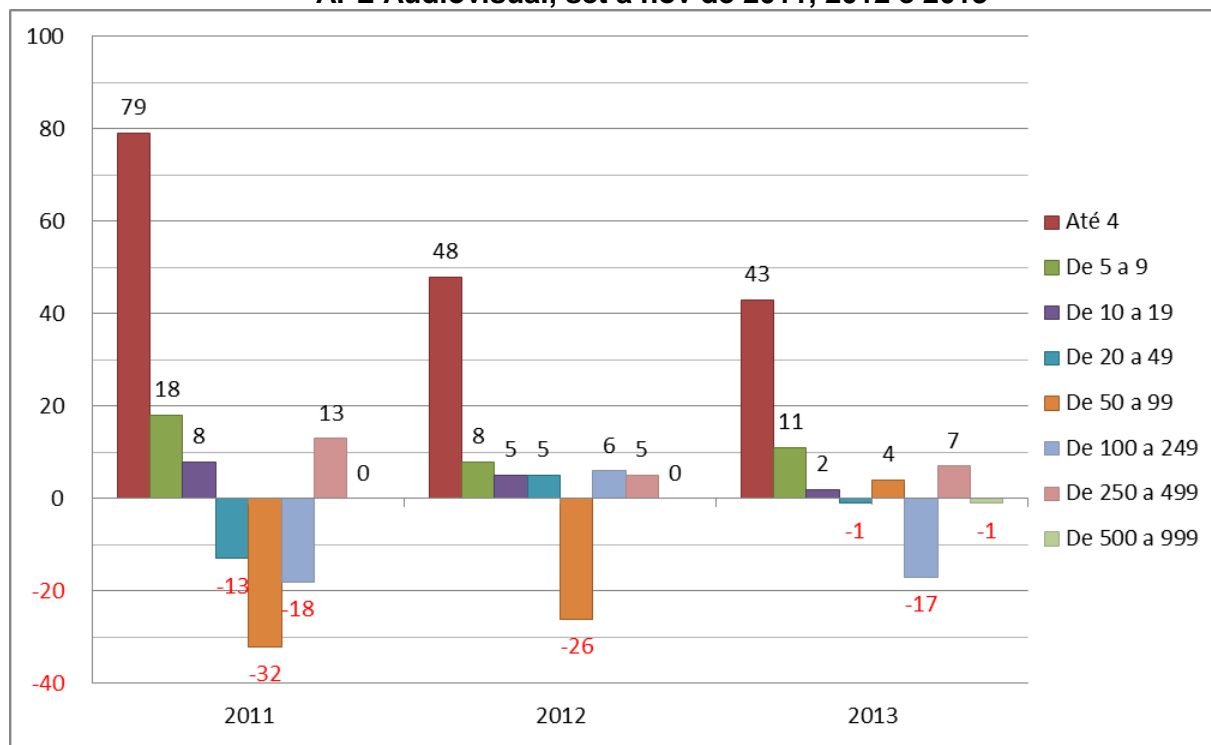
Município	Atividade Econômica	2011	2012	2013
Canoas	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	0	0	0
	Atividades de Exibição Cinematográfica	-10	-2	7
	Atividades de Televisão Aberta	0	0	0
	Subtotal	-10	-2	7
	Total	-25	-10	9
Caxias do Sul	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	1	4	2
	Atividades de Exibição Cinematográfica	41	-4	3
	Atividades de Televisão Aberta	2	3	4
	Subtotal	44	3	9
	Total	40	3	18
Pelotas	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	1	2	1
	Atividades de Exibição Cinematográfica	1	0	38
	Atividades de Televisão Aberta	6	-12	-1
	Subtotal	8	-10	38
	Total	8	-10	39
Porto Alegre	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	17	-9	-13
	Atividades de Exibição Cinematográfica	-18	34	-2
	Atividades de Televisão Aberta	-6	31	5
	Subtotal	-7	56	-10
	Total	10	86	-22
APL	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	19	-4	-8
	Atividades de Exibição Cinematográfica	9	33	43
	Atividades de Televisão Aberta	12	14	11
	Subtotal	40	43	46
	Total	55	51	48

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 19/02/2014
 Elaboração: DIEESE

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos, destaca-se aqueles estabelecimentos com até quatro vínculos. Estes registram o maior saldo positivo para o ano de 2013 (43), bem como para 2011 e 2012. As outras faixas de tamanho de estabelecimentos, em 2013, não apresentaram saldos positivos relevantes. Contudo, os estabelecimentos na faixa de 100 a 249 empregados apresentaram saldo negativo significativo, de -17 vagas. Em relação aos anos

anteriores, não há grandes destaques, além dos já mencionados saldos dos estabelecimentos com até quatro empregados. Por último, cabe destacar o desempenho dos estabelecimentos com 50 a 99 empregados, que apresentaram saldos negativos significativos em 2011 e 2012

GRÁFICO 1
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 29/01/2014.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento se refere ao número de vínculos ativos em 31/12.

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas

O saldo positivo de vagas no acumulado dos meses de setembro a novembro de 2013 foi composto, em sua maior parte, por homens. O resultado foi 28 vagas para eles e 20 para elas (Tabela 5). Em 2012, a situação se inverte, com saldo de 18 vagas para eles e 33 para elas. Já em 2011, a situação se inverte novamente, com a maior diferença dos três anos. Comparando os dados do boletim atual com o anterior, percebe-se que não há um padrão definido da distribuição das vagas entre homens e mulheres. Há grandes variações entre os anos e entre os dois boletins.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores que ocuparam as novas vagas, nota-se que em 2013, assim como nos outros anos, se sobressaem aqueles com Ensino Médio Completo. Em 2013 esta faixa de escolaridade registrou saldo de 43 vínculos empregatícios pra um total de 48. Quanto aos saldos negativos, destacam-se os trabalhadores com 6ª a 9ª séries do ensino fundamental com -18 empregos. Este foi um dos únicos saldos negativos em todos os três anos, o único de

relevância significativa. Comparando com o Boletim dos meses de janeiro a agosto, em 2013 a faixa de escolaridade ensino médio completo deixa de ser maior saldo para se tornar o terceiro. Esta é a principal diferença; nos demais anos a situação é bastante semelhante entre os dois boletins.

No que se refere à faixa etária dos trabalhadores, os saldos positivos estão concentrados nos jovens - em detrimento das maiores faixas etárias - para todos os anos analisados (em 2012 a concentração é um pouco menos pronunciada, com os trabalhadores de 40 a 49 respondendo pelo maior saldo). Há uma distinção clara entre os trabalhadores com até 29 e aqueles com idade superior. Em 2013, registra-se saldo positivo de 87 para os trabalhadores de até 29 anos⁷ e -39 vagas ocupadas por trabalhadores que tinham 30 anos ou mais, com o saldo positivo concentrado na faixa etária de 18 a 24 anos (56) e o negativo concentrado na faixa de 30 a 39 anos (-20). Esta situação é bem semelhante à analisada no Boletim anterior.

TABELA 5
Saldo de empregos formais segundo características do trabalhador
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Características do Trabalhador	2011	2012	2013
Homens	51	18	28
Mulheres	4	33	20
Analfabeto	0	0	1
Até 5ª Incompleto	1	2	2
5ª Completo Fundamental	2	5	-3
6ª a 9ª Fundamental	6	-1	-18
Fundamental Completo	-7	-2	0
Médio Incompleto	4	18	16
Médio Completo	42	28	43
Superior Incompleto	1	0	4
Superior Completo	6	1	3
Até 17	16	16	13
18 a 24	46	16	56
25 a 29	16	5	18
30 a 39	-4	2	-20
40 a 49	-10	21	-4
50 a 64	-8	-8	-11
65 ou mais	-1	-1	-4
Total	55	51	48

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014
Elaboração: DIEESE

Em relação às ocupações com maior participação no saldo positivo de vagas há grande concentração em *Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)* que de setembro a novembro de

⁷ A faixa etária mínima ao ingresso no mercado de trabalho formal brasileiro é 16 anos, conforme CLT artigo 403, no entanto, de acordo com a Lei 10.097 de 2000 (Lei da Aprendizagem) os jovens com 14 anos ou mais, podem ser empregados na modalidade de aprendiz.

2013 registrou 42 novas vagas, seguido de *Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo* com 17 vagas e *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos* com 13 vagas; essas três famílias ocupacionais totalizaram um saldo de 72 vagas, o que supera o saldo do período no APL. Por outro lado, as ocupações de *Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações* (-12), *Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados* (-9) foram as que registraram maior saldo negativo (Tabela 6). Em relação aos anos anteriores, não há grandes diferenças quanto às famílias ocupacionais com maiores saldos positivos, com algumas mudanças pontuais. Já em relação às famílias com maiores saldos negativos, há diferenças importantes. De uma maneira geral, tais famílias apresentaram saldos positivos em 2012 e 2011. *Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações* responderam pelo segundo maior saldo em 2012. Comparando com o Boletim anterior, algumas diferenças são patentes. Algumas famílias mudaram significativamente seus desempenhos. Famílias ocupacionais como *Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)* e *Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo* que foram as famílias que mais concentraram saldos positivos no Boletim atual, registraram saldos negativos entre janeiro e agosto.

TABELA 6
Saldo das famílias ocupacionais⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Família Ocupacional	2011	2012	2013
Maiores saldos Positivos			
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	16	13	42
Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo	5	17	17
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	7	5	13
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	2	-1	8
Operadores de Equipamentos de Movimentação de Cargas	-1	15	8
Profissionais do Jornalismo	8	5	6
Técnicos em Operação e Monitoração de Computadores	0	0	6
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	-2	5	6
Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas	1	-5	5
Porteiros, Guardas e Vigias	-6	11	4
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	30	65	115
Maiores saldos negativos			
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	5	16	-12
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	-3	-1	-9
Mecânicos de Manutenção de Máquinas Industriais	16	7	-6
Técnicos em Operação de Aparelhos de Sonorização	0	0	-6
Locutores, Comentaristas e Repórteres de Rádio e Televisão	-3	-10	-5
Trabalhadores da Pré-Impressão Gráfica	1	0	-4
Operadores de Telemarketing	1	0	-4
Desenhistas Industriais (Designers) , Escultores, Pintores e Afins	1	5	-4
Analistas de Sistemas Computacionais	0	-2	-4
Montadores de Máquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas	0	0	-3
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	18	15	-57
Saldo das demais Famílias ocupacionais	3	-25	-10
Total	51	55	48

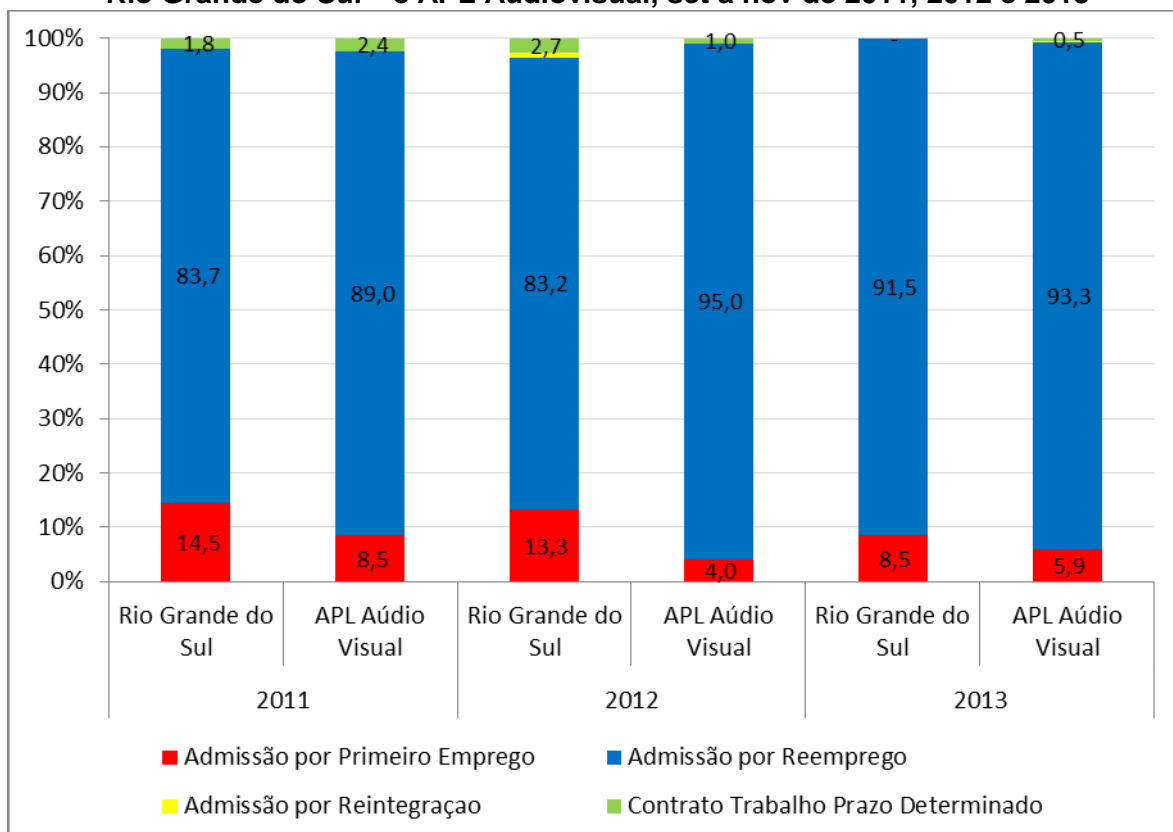
Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Para obter a descrição das atividades desenvolvidas pelas Famílias ocupacionais, e a formação e experiência exigida conforme Código Brasileiro de Ocupações, ver o Glossário de Famílias Ocupacionais ao final deste relatório.

Das quatro modalidades de admissão (Admissão por primeiro emprego, Admissão por reemprego, Admissão por reintegração e Contrato de trabalho por tempo determinado), Admissão por primeiro emprego e Admissão por reemprego representam praticamente a totalidade das admissões (das 646 admissões ocorridas no entre setembro e novembro de 2013 no APL, apenas 5 foram dos outros dois tipos). Os admitidos por Reemprego representam no período analisado 93,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por Primeiro emprego totalizaram 5,9%. Em comparação com as admissões ocorridas no estado em 2013 (naquelas atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que o compõem), verifica-se que, embora as admissões por reemprego também sejam preponderantes (91,5%) a participação das admissões por primeiro emprego é mais significativa (8,5%). Esse mesmo comportamento ocorreu para o período nos anos de 2011 e 2012 – o que de fato, chama atenção, pois, indica poucas oportunidades de trabalho àqueles sem experiência registrada em carteira. Ademais, essa diferença é significativa, pois, se em média 12,2% das admissões nessas atividades econômicas no estado são por primeiro emprego; no APL esse percentual médio é de 6,6% apenas (Gráfico 2). Cabe ressaltar ainda que a situação analisada neste Boletim é em grande parte semelhante à do Boletim anterior.

GRÁFICO 2
Distribuição das admissões segundo o tipo (%)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013



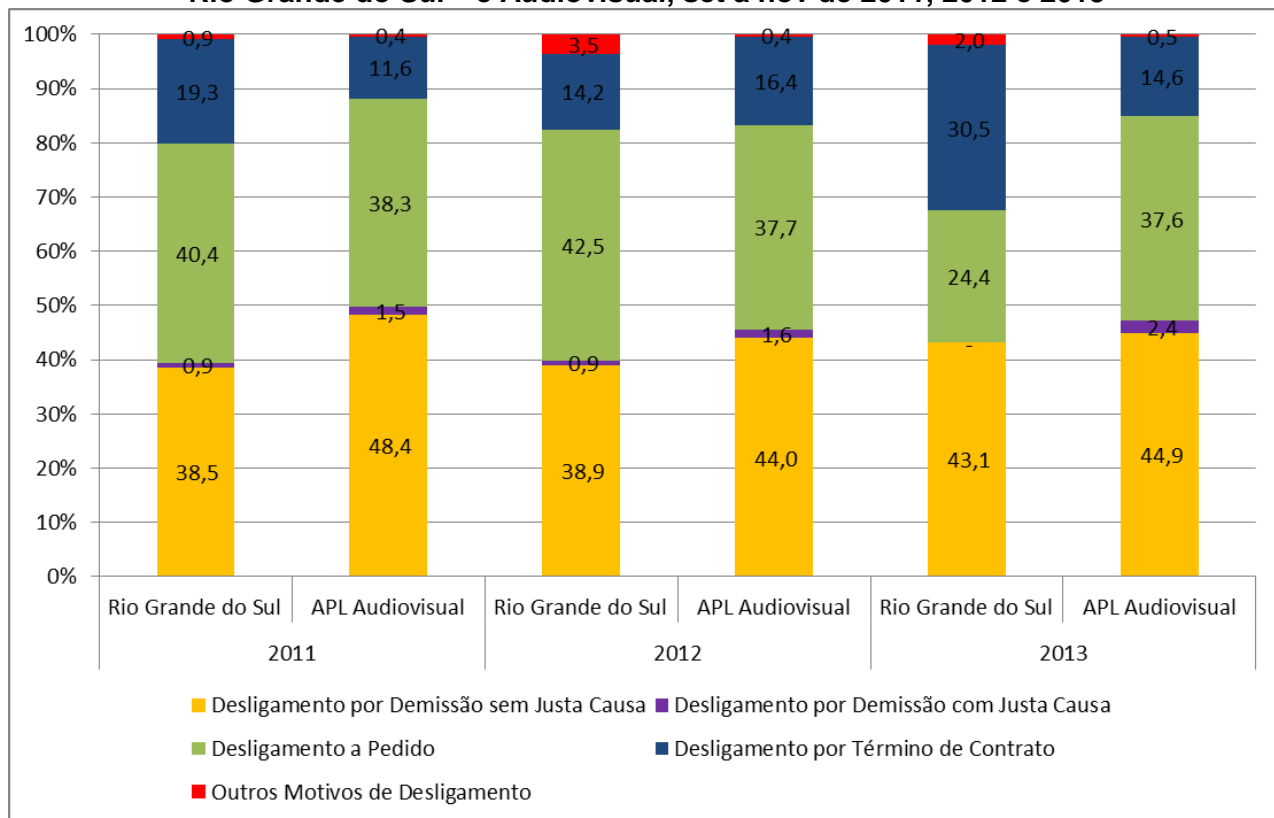
Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 29/01/2014.

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No que se referem aos desligamentos, das oito categorias em que os desligamentos são classificados (Desligamento por demissão sem justa causa, Desligamento por demissão com justa causa, Desligamento a pedido, Desligamento por término de contrato, Outros motivos de desligamento, Desligamento por aposentadoria, Desligamento por morte e Término contrato trabalho prazo determinado), três representam quase a totalidade. Os desligados por Demissão sem justa causa respondem por 44,9% em 2013, seguido por Desligamento a pedido (37,6%) e Desligamento por término de contrato (14,6%). Em relação aos anteriores, percebe-se que 2011 foi o ano com a maior proporção de demissões sem justa causa (48,4%). A diminuição desta modalidade de desligamento foi compensada pelo aumento dos desligamentos por término de contrato (Gráfico 3). Nas mesmas atividades do APL no Estado, exclusive os municípios do APL, o movimento foi inverso, ou seja, houve um aumento no número de desligamentos por esse motivo de 6,4 p.p. entre 2011 e 2013. Em relação ao Boletim anterior, há uma diferença marcante: enquanto para os meses de setembro a novembro a participação nos desligamentos a pedido se mantiveram praticamente constantes, para os meses de janeiro a agosto tal modalidade diminuiu 6,1 p.p. entre 2011 e 2013.

GRÁFICO 3
Distribuição dos desligamentos segundo o tipo de desligamento (em%)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014

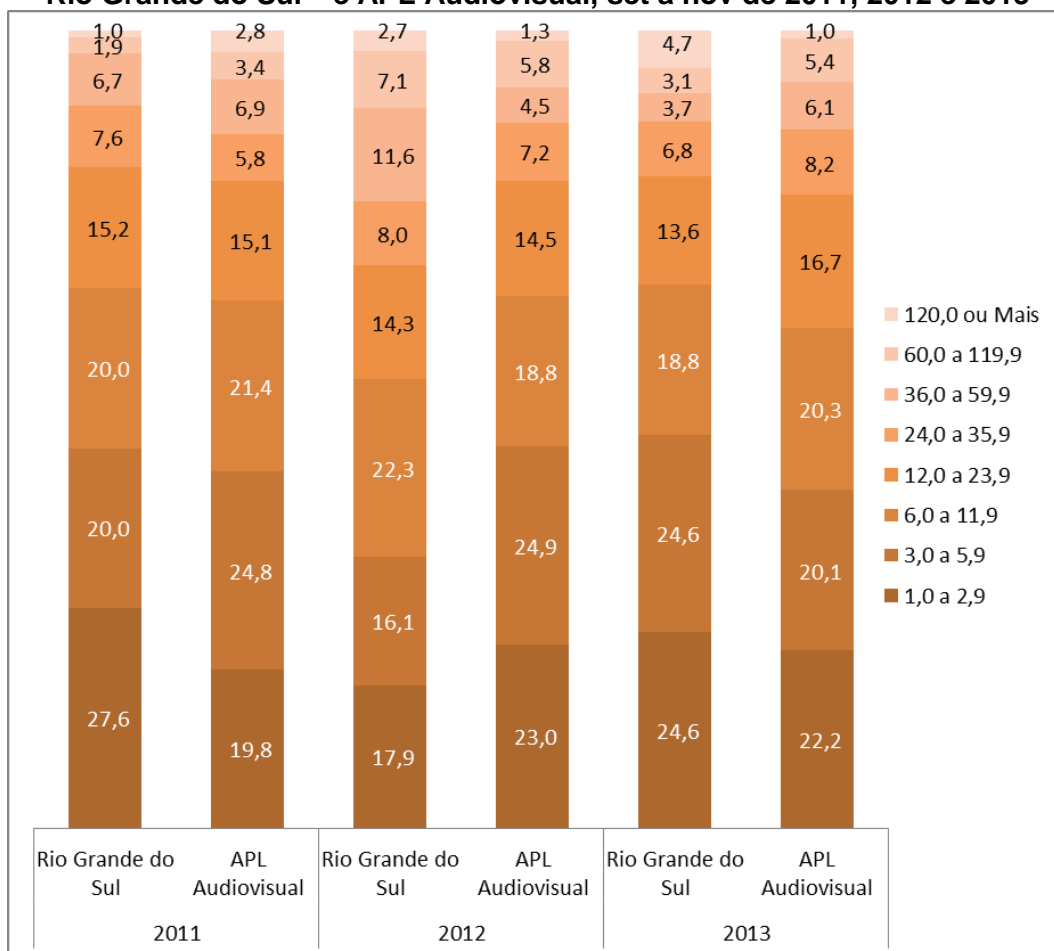
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No APL Audiovisual, no período de janeiro a agosto de 2013, 62,7% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 42,4% não ultrapassaram 6 meses e 22,2% deles foram desligados antes de completar 3 meses de trabalho, ou seja, muito provavelmente ainda em período de experiência (Gráfico 4).

Em comparação ao mesmo período dos anos anteriores, observam-se pequenas mudanças, já que estes anos também registraram um contingente importante de trabalhadores com desligamentos com até um ano de trabalho (em torno de 66 %). Com relação aos dados para as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se situação bastante semelhante. A exceção fica por conta do ano de 2012, quando o Estado apresentou um tempo médio de permanência sensivelmente superior ao APL. A título de exemplo, os trabalhadores com menos de um ano totalizaram 66,7% do APL e 56,3% do Estado. Em relação aos meses de agosto a janeiro, os dados do APL se apresentaram sem grandes mudanças.

GRÁFICO 4
Distribuição dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego (em %)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014

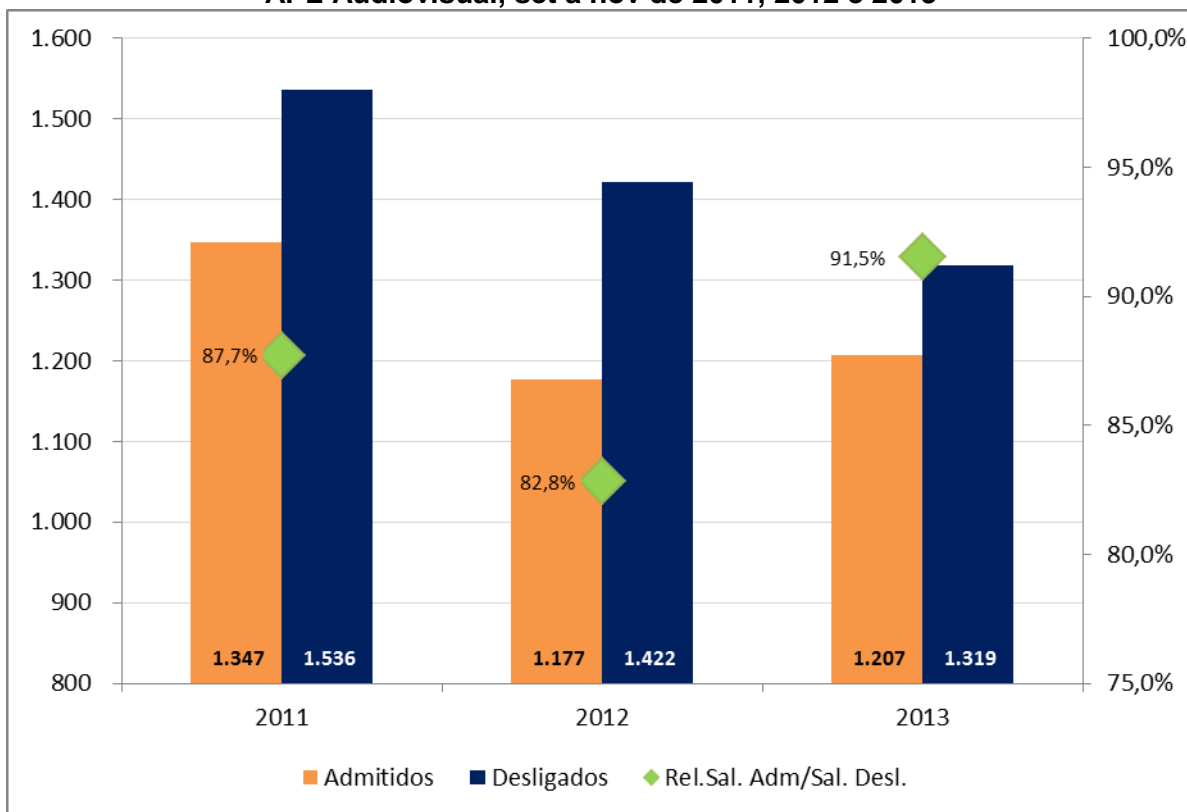
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No que tange aos salários médios pagos, verifica-se que os trabalhadores desligados possuem salário médio superior à dos trabalhadores admitidos no APL Audiovisual. No período que compreende de setembro a novembro de 2013, o salário médio dos desligados foi de R\$ 1.319 e o dos admitidos R\$ 1.207, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 91,5% do salário médio do trabalhador desligado. Chama atenção a redução nos salários médios reais pagos no APL. 2011 foi o ano de maior remuneração e 2013 o de menor, para os desligados (redução de 14,1% estes dois anos) enquanto para os admitidos 2013 representou uma recuperação frente a 2012, mas mesmo assim a queda entre 2013 e 2011 foi de 10,4% (Gráfico 5).

Em relação ao Boletim que trata dos meses de janeiro a agosto, cabe notar a grande diferença em relação à evolução do salário. Enquanto nestes meses o salário médio dos desligados cresceu, para os meses em análise, diminuiu. Já o salário dos desligados também oscila com o salário de 2013 inferior ao de 2011, contudo no Boletim anterior o ano de maior sado foi 2012, que foi o ano de menor saldo para o Boletim atual.

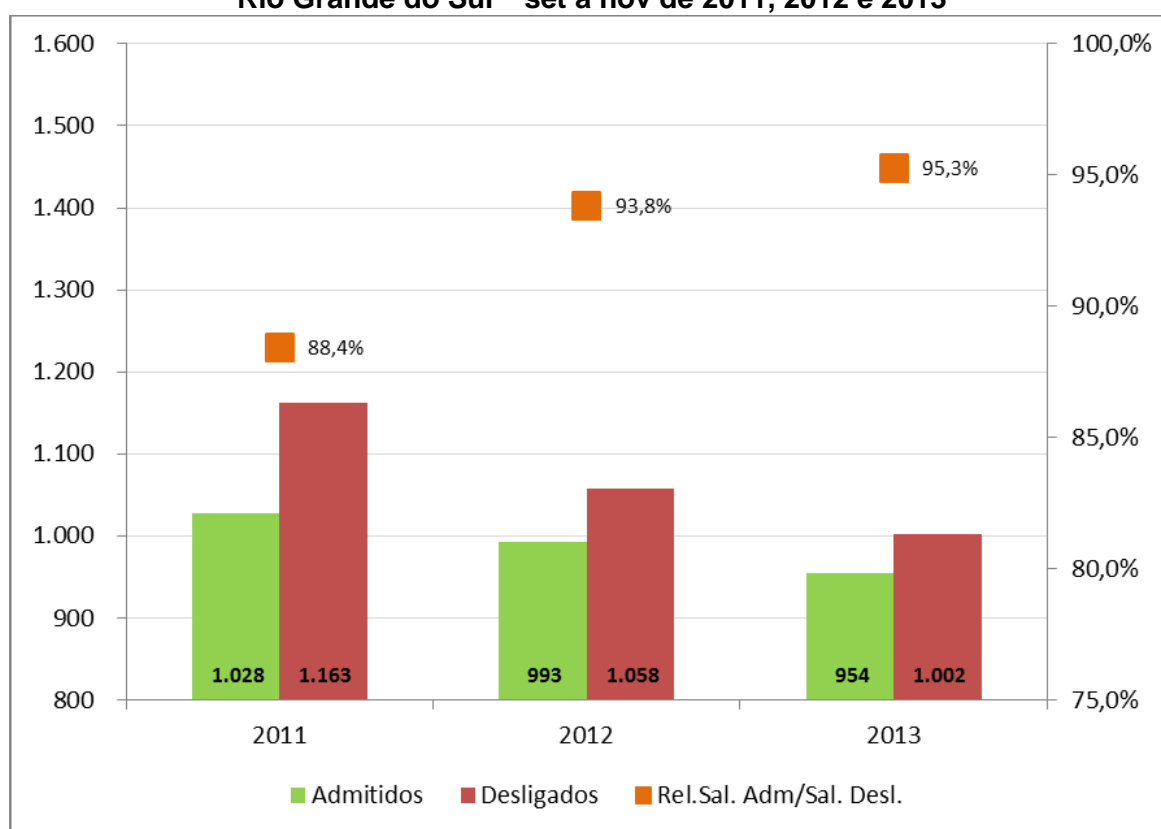
GRÁFICO 5
Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento (em R\$)⁽¹⁾
APL Audiovisual, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014
 Elaboração: DIEESE
 (1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

Naquelas mesmas atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL) observa-se que, a média salarial dos admitidos para 2013 foi igual a R\$ 963 e entre os desligados, igual a R\$ 1.002. Os salários, tanto de desligados quanto admitidos, decrescem continuamente ao longo do período, situação bastante atípica, assim como a verificada para o APL. A relação dos salários de admissão/desligamento em 2011 correspondia a 84,4%, chegando a 95,3% em 2013. Isto significa que a intensidade da queda dos salários reais para os desligados foi mais forte que para os admitidos. (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento (em R\$)⁽²⁾
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 29/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Considerando apenas as atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que compõem o APL.

(2) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS⁸ NO APL AUDIOVISUAL

Atualmente, o APL Audiovisual conta com um total de 298 Microempreendedores Individuais, com grande concentração em Porto Alegre, que conta com 62,1% do total de MEIs das atividades específicas do APL. Para os municípios restantes, a participação é bastante semelhante, variando do máximo de 9,4% (Caxias do Sul) à 1,0% (Viamão). Em relação à participação dos MEIs que desempenham atividades do APL no total de MEIs do município, chama atenção a baixa relevância do APL. Todos os municípios apresentam participação semelhante, sendo a participação média igual a 0,3% (Tabela 7).

TABELA 7
Microempreendedores Individuais segundo municípios do APL
APL Audiovisual, 2014

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) - APL	Participação do APL no total (%) [B/A]
Alvorada	4.487	8	2,7	0,2
Canoas	6.951	12	4,0	0,2
Caxias do Sul	11.597	28	9,4	0,2
Gravataí	6.049	16	5,4	0,3
Novo Hamburgo	6.062	4	1,3	0,1
Pelotas	6.798	16	5,4	0,2
Porto Alegre	28.756	185	62,1	0,6
Santa Maria	6.386	15	5,0	0,2
São Leopoldo	4.610	11	3,7	0,2
Viamão	5.387	3	1,0	0,1
TOTAL	87.083	298	100	0,3

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 11/03/2014
 Elaboração: DIEESE.

Entre as oito atividades econômicas que compõem o APL apenas duas apresentaram Microempreendedores. Estas são *Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* com 254 registros (85,2% do total de MEIs do APL) e *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* com 44 (14,8%). Comparando com o Boletim anterior, com dados do mês de novembro, quando foram registrados 265 MEIs, percebe-se um crescimento de 12,5% (Tabela 8).

⁸ Os totais de MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

TABELA 8
Microempreendedores Individuais segundo atividades econômicas do APL
APL Audiovisual, 2014

Atividade econômica	Microempreendedores Individuais - Total	Participação no total (%)
Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão	0	0,0
Atividades de pós-produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão	254	85,2
Distribuição cinematográfica de vídeo e de programas de televisão	0	0,0
Atividades de exibição cinematográfica	0	0,0
Atividades de gravação de som e de edição de música	0	0,0
Atividades de televisão aberta	0	0,0
Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	0	0,0
Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	44	14,8
Total	298	100,0

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 11/03/2014
 Elaboração: DIEESE.

O presente estudo buscou realizar uma análise conjuntural do mercado de trabalho do APL Audiovisual. Tal análise foi separada em dois grupos: (1) evolução comparativa dos saldos do emprego composto também pelas características dos trabalhadores e das vagas e (2) análise dos Microempreendedores Individuais no APL. De cada um pode-se ressaltar alguns pontos de maior relevância.

Nas análises pertinentes à composição dos saldos de empregos no período de setembro a novembro de 2013 em comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, pode-se concluir que há uma relativa estabilidade na criação de novas vagas. Comportamento bastante diverso do observado para o mercado de trabalho brasileiro e gaúcho no período, considerando somente as atividades desenvolvidas no APL, excluindo os municípios deste. Dentre os municípios que compõem o APL, Pelotas foi o que se destacou pela contribuição positiva de 39 postos, e Porto Alegre pela contribuição negativa com -22 no período analisado. Entre as atividades econômicas *Atividades de Exibição Cinematográfica* e *Atividades de Televisão Aberta*, com, respectivamente, saldos de 43 e 11 empregos, foram as maiores responsáveis pelo saldo positivo. Outro indicador que ajuda a entender a estrutura do mercado de trabalho formal no APL é a distribuição do emprego em relação ao tamanho dos estabelecimentos. No APL Audiovisual, a participação do emprego em estabelecimentos com até 4 vínculos de trabalho se destacou nos três anos analisados.

Em relação aos atributos dos trabalhadores, viu-se que a maior parte das vagas criadas foi ocupada por homens, 28 de um total de 48. Em relação à escolaridade dos trabalhadores destes saldos, aqueles com Ensino Médio Completo (43) e Ensino Médio Incompleto (16) apresentaram os maiores saldos. Entre os saldos negativos destacam-se os trabalhadores com o 6^a a 9^a Séries do Ensino Fundamental (-18). Quanto à faixa etária dos trabalhadores, os saldos do período revelaram que há uma concentração de registros para os jovens, sobretudo aqueles com 18 a 24 anos, em detrimento das maiores faixas etárias.

Entre as famílias ocupacionais com maior saldo positivo, destacaram-se os *Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)* com saldo de 42, seguido de *Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo* (17) e *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos* (13). Estas três famílias ocupacionais totalizaram um saldo de 72 vagas, o que supera o saldo do período no APL. Em relação aos maiores saldos negativos cabe destacar *Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações* (-12) e *Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados* (-9).

Quando se analisa a movimentação do trabalhador no APL Audiovisual, pode-se perceber, do ponto de vista das admissões, que a maior parte delas ocorreu por Reemprego, que representam no período analisado 93,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por primeiro emprego totalizaram 5,9%. Na análise dos desligamentos verificou-se que predomina a Demissão sem justa causa que responderam por 44,9% dos desligamentos de setembro a novembro de 2013, seguido por Desligamento a pedido (37,6%). Chamou atenção ainda que 62,6% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego.

A média salarial mensal dos trabalhadores desligados no APL foi de R\$ 1.319 (no período que compreende de setembro a novembro de 2013), e o dos admitidos foi de R\$ 1.207, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 91,5% do salário médio do trabalhador desligado.

Em relação aos Microempreendedores Individuais, cabe destacar o crescimento de 12,5% no seu total para as atividades do APL. Já para a distribuição deles entre municípios, cabe destacar a grande concentração em Porto Alegre, com 62,1% do total de MEIs voltados às atividades do APL. Os demais municípios apresentaram participação bastante semelhante no total. Em relação às atividades, os microempreendedores se dividem entre *Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* com 254 registros (85,2% do total do APL) e *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* com 44 (14,8%).

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul**. Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**
Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**.
Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Variação percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco): Recebem valores de vendas de produtos e serviços; controlam numerários e valores; atendem o público em agência postal na recepção e entregam objetos postais; recebem contas e tributos e processam remessa e pagamento de numerários por meio postal; vendem bilhetes e ingressos em locais de diversão; processam a arrecadação de prestação de serviço nas estradas de rodagem; vendem bilhetes no transporte urbano e interurbano; fazem reserva e emissão de passagens aéreas e terrestres; prestam informações ao público, tais como itinerários, horários, preços, locais, duração de espetáculos, viagens, promoções e eventos, etc. Preenchem formulários e relatórios administrativos. Formação e Experiência: As ocupações dessa família requerem formação inicial equivalente ao ensino fundamental completo para o operador de caixa, ensino médio incompleto para o bilheteiro no serviço de diversão e ensino médio completo para os demais. É na prática, exercitando o trabalho, que o trabalhador completará sua formação. Em algumas ocupações é difícil encontrar um profissional com mais de cinco anos de experiência, como, por exemplo, os bilheteiros no serviço de diversão, onde a mão-de-obra empregada é predominantemente de jovens em seu primeiro emprego, o que implica em altas taxas de rotatividade.

Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo: Coordenam atividades de operação de sistemas de televisão e produtoras de vídeo, nas fases de planejamento e execução, gerenciando recursos humanos, financeiros e uso dos equipamentos. Produzem eventos externos, manipulam áudio e vídeo; dirigem e capturam imagens, bem como realizam atividades de tratamento de áudio. Inserem caracteres, créditos e artes nos produtos gravados. Preparam estúdio de TV e produtoras de vídeo e executam roteiro de programação. Administram tráfego de sinal e monitoram transmissão e recepção de sinais de TV. Formação e experiência: O exercício dessas ocupações requer curso técnico de nível médio na área de rádio e televisão. O desempenho pleno das atividades ocorre com mais de cinco anos de experiência (supervisor técnico), após três ou quatro anos (técnico em operação de equipamento de exibição de TV e técnico em equipamentos de transmissão-recepção de TV), após um ou dois anos (técnico em operação de equipamento de produção para TV e produtora de vídeo). A complementação da formação técnica ocorre na própria emissora ou empresa, visto que há um estreito relacionamento entre a operação e o tipo de tecnologia dos equipamentos. Nas grandes emissoras há um grau de especialização mais acentuado que nas emissoras menores.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Operadores de Equipamentos de Movimentação de Cargas: Preparam movimentação de carga e a movimentam. Organizam carga, interpretando simbologia das embalagens, armazenando de acordo com o prazo de validade do produto, identificando características da carga para transporte e armazenamento e separando carga não-conforme. Realizam manutenções previstas em equipamentos para movimentação de cargas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com até um ano de experiência profissional.

Profissionais do Jornalismo: Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer formação em jornalismo.

Técnicos em Operação e Monitoração de Computadores: Operam sistemas de computadores e microcomputadores, monitorando o desempenho dos aplicativos, recursos de entrada e saída de dados, recursos de armazenamento de dados, registros de erros, consumo da unidade central de processamento (cpu), recursos de rede e disponibilidade dos aplicativos. Asseguram o funcionamento do hardware e do software; garantem a segurança das informações, por meio de cópias de segurança e armazenando-as em local prescrito, verificando acesso lógico de usuário e destruindo informações sigilosas descartadas. Atendem clientes e usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; inspecionam o ambiente físico para segurança no trabalho. Formação e Experiência: Para operar plataformas de grande porte (mainframe) e para o técnico de apoio ao usuário de informática (exclusive provedores de internet), o requisito mínimo é o segundo grau completo. Em ambientes de rede e supercomputadores há superqualificação, com requerimentos que variam de nível superior a pós-graduação em informática. O pleno exercício das atividades requer entre três e quatro anos, acompanhados de formação contínua.

Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers: Atendem os clientes, recepcionando-os e servindo refeições e bebidas em restaurantes, bares, clubes, cantinas, hotéis, eventos e hospitais; montam e desmontam praças, carrinhos, mesas, balcões e bares; organizam, conferem e controlam materiais de trabalho, bebidas e alimentos, listas de espera, a limpeza e higiene e a segurança do local de trabalho; preparam alimentos e bebidas, realizando também serviços de vinhos. Formação e Experiência: Para o acesso ao trabalho nessa família ocupacional é exigido, no mínimo, o ensino fundamental incompleto e até um ano de experiência. A formação profissional ocorre com a prática no local de trabalho ou em cursos profissionalizantes. O trabalhador tem a possibilidade de ascender na carreira, iniciando como ajudante ou auxiliar, podendo atingir a ocupação de maître (família ocupacional 5101). O sommelier, para o qual é requerido o ensino médio, necessita de especialização e experiência de um a dois anos. O mercado de trabalho tende a aumentar a exigência do nível de qualificação e profissionalização desses trabalhadores.

Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas: Elaboram planos estratégicos das áreas de comercialização, marketing e comunicação para empresas agroindustriais, industriais, de comercialização e serviços em geral; implementam atividades e coordenam sua execução; assessoram a diretoria e setores da empresa. Na área de atuação, gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e financeiros e promovem condições de segurança, saúde, preservação ambiental e qualidade. Formação e experiência: Essas ocupações são exercidas por profissionais com escolaridade de nível superior, do ensino regular ou cursos superiores de tecnologia (tecnólogos). O tempo requerido para o exercício pleno das funções é de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Porteiros, Guardas e Vigias: Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações requer ensino fundamental. Os hotéis e as empresas de vigilância oferecem treinamentos ou recrutam os trabalhadores no mercado de trabalho e em instituições de formação profissional.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados: Vendem mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha. Registram entrada e saída de mercadorias. Promovem a venda de mercadorias, demonstrando seu funcionamento, oferecendo-as para degustação ou distribuindo amostras das mesmas. Informam sobre suas qualidades e vantagens de aquisição. Expõem mercadorias de forma atrativa, em pontos estratégicos de vendas, com etiquetas de preço. Prestam serviços aos clientes, tais como troca de mercadorias; abastecimento de veículos; aplicação de injeção e outros serviços correlatos. Fazem inventário de mercadorias para reposição. Elaboram relatórios de vendas, de promoções, de demonstrações e de pesquisa de preços. Formação e Experiência: Em geral, para o exercício das ocupações de atendente de farmácia, demonstrador de mercadorias, promotor de vendas, repositor de mercadorias, vendedor de comércio varejista e vendedor atacadista, requer-se do ensino fundamental ao ensino médio, podendo o mesmo variar de acordo com a ocupação, e quarta série do ensino fundamental para frentista. O tempo médio para o desempenho profissional é heterogêneo: três a quatro anos para vendedores, um a dois anos para atendente de farmácia e menos de um ano para as demais ocupações.

Mecânicos de Manutenção de Máquinas Industriais: Realizam manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industriais; planejam atividades de manutenção; avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade e preservação ambiental e trabalham de acordo com normas de segurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio, acrescida de cursos básicos de qualificação, com mais de quatrocentas horas/aula. O exercício pleno das atividades ocorre após um período de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Técnicos em Operação de Aparelhos de Sonorização: Configuram, operam e monitoram sistemas de sonorização e gravação; editam, misturam, pré-masterizam e restauram registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, etc. Criam projetos de sistemas de sonorização e gravação. Preparam, instalam e desinstalam equipamentos de áudio e acessórios. Formação e Experiência: Requer-se formação pós-secundária e cursos de especialização para projetista de sistema de áudio e desenhista de som, ou prática equivalente, formação de nível médio e especialização de até quatrocentas horas/aula para os demais profissionais. Os requisitos de escolaridade de microfonista e técnico de instalação podem ser menores. O pleno desempenho das atividades dos técnicos de gravação de áudio ocorre após um ou dois anos; a dos projetistas de áudio e dos desenhistas de som, após cinco anos de experiência.

Locutores, Comentaristas e Repórteres de Rádio e Televisão: Apresentam programas de rádio e televisão, ancorando programas, nos quais interpretam o conteúdo da apresentação, noticiam fatos, leem textos no ar, redigem a notícia, narram eventos esportivos e culturais, tecem comentários sobre os mesmos e fazem a locução de anúncios publicitários; entrevistam pessoas; anunciam programação; preparam conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público alvo; atuam em rádio, televisão e eventos, bem como em mídias alternativas como cinema e internet. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer curso superior, sendo atualmente, a locução de rádio e TV, principalmente de programas jornalísticos, uma atividade desempenhada por profissionais com formação em Jornalismo. No caso específico de locutores, apenas os profissionais com formação em Jornalismo podem redigir e comentar a notícia, em função da legislação e regulamentação da profissão. Portanto, os locutores sem formação em Jornalismo foram sendo gradualmente substituídos nos noticiários de rádio e TV. No caso dos Comentaristas esportivos, não é obrigatória a formação em Jornalismo, sendo frequente ex-jogadores e técnicos comentarem os eventos. Quando necessário também se habilitam como radialistas, fazendo cursos de locução de até duzentas horas/ aula ou de radialista em nível técnico e superior. Varia de um a dois anos a experiência profissional para os locutores e narradores de rádio e televisão, de quatro a cinco anos para o locutor publicitário de rádio e TV e mais de cinco para o comentarista e âncora de rádio e TV para o pleno desempenho das atividades.

Trabalhadores da Pré-Impressão Gráfica: Planejam serviços de pré-impressão gráfica. Realizam programação visual gráfica e editoram textos e imagens. Operam processos de tratamento de imagem, montam fotolitos e imposição eletrônica. Operam sistemas de prova e copiam chapas. Gravam matrizes para rotogravura, flexografia, calcografia e serigrafia. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se

ensino médio concluído e curso de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula, ministrado por instituições ou escolas especializadas na área. O pleno desempenho das atividades ocorre até um ano de experiência profissional.

Desenhistas Industriais (Designers) , Escultores, Pintores e Afins: Concebem e desenvolvem obras de arte e projetos de design, elaboram e executam projetos de restauração e conservação preventiva de bens culturais móveis e integrados. Para tanto realizam pesquisas, elaboram propostas e divulgam suas obras de arte, produtos e serviços. Formação e Experiência: A formação requerida para os desenhistas industriais de produto, gráficos e de produto de moda, também conhecidos como designers, é o curso superior de Tecnologia na área ou bacharelado. No caso dos artistas visuais e dos conservadores-restauradores, a escolaridade não é requisito imprescindível. Há também profissionais de notório saber. Registra-se tendência de profissionalização na área das artes, sendo desejável qualificação formal ou informal. O desempenho pleno das atividades, para os artistas visuais, conservadores-restauradores, desenhistas industriais de produto e desenhistas industriais gráficos, ocorre com cinco anos de experiência profissional, enquanto que para os desenhistas industriais de produto de moda ocorre entre três e quatro anos.

Analistas de Sistemas Computacionais: Desenvolvem e implantam sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade dos sistemas, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administram ambiente informatizado, prestam suporte técnico ao cliente, elaboram documentação técnica. Estabelecem padrões, coordenam projetos, oferecem soluções para ambientes informatizados e pesquisam tecnologias em informática. Formação e Experiência: Para o exercício profissional dessas ocupações, requer-se curso superior completo, em nível de bacharelado ou tecnologia. Podem, também, obter formação específica por meio de cursos de qualificação, com carga horária entre duzentas e quatrocentas horas. A experiência profissional prévia requerida dos titulares para o exercício pleno das atividades é de um a dois anos, incluindo o tempo de estágio. Em função da inovação tecnológica, a permanência no mercado de trabalho requer atualização contínua dos profissionais.

Montadores de Maquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas: Montam máquinas agrícolas, de terraplenagem e perfuratrizes, inspecionando e fixando peças e conjuntos mecânicos e abastecendo sistemas hidráulicos, de arrefecimento e de lubrificação. Montam equipamentos de levantamento, movimentação e descarga, avaliando condições de locais para instalações, realizando terraplanagem para instalação e montagem, montando e alinhando bases e rampas de plataformas de descarga. Montam equipamentos de extração e beneficiamento de minérios e rochas, tais como alimentadores, peneiras, transportadores de correia e esteira e britadores, entre outros. Instalam equipamentos hidráulicos, pneumáticos, eletroeletrônicos, mecânicos e de ar-condicionado. Ajustam componentes mecânicos, hidráulicos e pneumáticos. Realizam testes em sistemas e componentes. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações ocorre após formação do ensino médio, acrescido de um curso profissionalizante superior a quatrocentas horas/aula, preferencialmente voltado à montagem de máquinas pesadas e ou equipamentos agrícolas oferecidos em centros de treinamento da própria empresa ou em escolas especializadas. Somente após quatro anos de prática profissional é que o trabalhador atinge o desempenho total das atividades.

ANEXOS

ANEXO 1**Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o APL do Setor Audiovisual do estado do Rio Grande do Sul**

DESCRIÇÃO DAS CLASSES DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO AS CNAES 2.0, CONTEMPLADAS NO APL DO SETOR AUDIOVISUAL:

Classe	Descrição
5911-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
5912-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
5913-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
5914-6	Atividades de exibição cinematográfica
5920-1	Atividades de gravação de som e de edição de música
6021-7	Atividades de televisão aberta
6022-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
7739-0	Alugueiro de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AUDIOVISUAL:

Alvorada, Canos, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351259428_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Audiovisual.pdf